

PARTE 1

LILIA MORITZ SCHWARCZ POPULAÇÃO E SOCIEDADE

NUMA BABEL DE POVOS, CULTURAS E CORES

Quando o século xx começou a despontar, mudanças profundas ocorreram no perfil da população brasileira. Com o final derradeiro da escravidão, em 1888, a desorganização do sistema e a urgente substituição da mão de obra por conta da demanda cafeeira, uma série de esforços foram feitos para animar a vinda de imigrantes, sobretudo europeus, ao Brasil. Contando com a concorrência de países como Argentina, Cuba, México e, sobretudo, Estados Unidos, o governo brasileiro teve de se esmerar e assegurar a “terra da promessa” quando, na verdade, pretendia-se a criação de modelos alternativos ao cativo africano que, nesse momento, via (e com atraso) seus dias chegarem ao fim. O modelo preconizado pela República, que se iniciou em novembro de 1889, pautou-se pela exclusão de largos setores sociais, sempre em nome de uma política que priorizasse uma nova modernidade e racionalidade. Nesse sentido, se não há como negar que a Primeira República promoveu processo acelerado de institucionalização, largas faixas da população viram-se, ainda que com acesso à liberdade e à igualdade jurídica, excluídas do jogo social que então se montava.

Num primeiro momento voltado para o campo, um grande contingente de imigrantes estrangeiros acabaria absorvido pela dinâmica das cidades, imantado pela força dos novos centros urbanos que se organizavam, gerando empregos e serviços. Ficou famosa e disseminou-se, tanto no país quanto no exterior, a frase do mestre-escola Thomas Davatz, que, depois de viver pouco tempo no Brasil, teria exclamado: “Dessa vez estou perdido.” O suíço apenas expressava o sentimento daqueles que, em vez da fortuna — do famoso “fazer a América” —, encontraram a penúria ou experimentaram

36 uma espécie de escravidão por dívida. Com o tempo, a política de imigração acabaria por se normalizar, consolidando uma prática mais regular de subsídios; mas o fato é que revoltas e fugas de colonos caracterizaram o período, assim como a sensação de insegurança, que aos poucos se generalizou. Ao lado da convicção de que a República de 1889 não havia cumprido com os sonhos e utopias de liberdade, igualdade e cidadania, vinha a certeza de que a violência se disseminara e que a culpa era das novas populações imigrantes, da liberdade dada aos africanos e negros ou do descontrole urbano. Segundo interpretações corriqueiras, vivia-se ao “largo da autoridade curativa e normativa dos senhores de engenho ou dos fazendeiros de café” (Freyre, 1957). Prisões por gatunagem, ladroagem, desordem ou anarquismo revelam não só a vigência de termos até então pouco conhecidos como sinalizam a entrada de novas práticas de sociabilidade. Não por acaso, a concepção predominante era que a mistura de novas culturas, valores e costumes trazia o desequilíbrio, o desamparo e o descontrole.

Diante disso, investiu-se em novas práticas policiais, amplamente amparadas nas teorias do darwinismo racial e do higienismo que, não por coincidência, denunciavam as desvantagens da mistura e da miscigenação. Médicos, advogados, antropólogos apostaram nas noções do determinismo racial e viram com profundo descrédito o futuro dessas populações em processo acelerado de amálgama. Segundo tais modelos científicos, divulgados nas escolas de medicina (do Rio de Janeiro e da Bahia), mas também nas faculdades de direito (de São Paulo e Recife), nos museus de etnografia (de Belém, São Paulo, Rio de Janeiro) ou nos institutos históricos que se espalhavam pelo país, “a situação nacional” gerava receio em função das transformações geradas pela entrada de trabalhadores estrangeiros (europeus e orientais) e da convivência, agora em liberdade, dos ex-escravos.

Visto sob esse ângulo, o ambiente estava tomado por visões pessimistas, as quais, paradoxalmente, conviviam com representações das mais otimistas. Havia o entusiasmo pelo futuro e o progresso, que efetivamente já estavam em curso com a transformação das cidades. Além disso, a imagem do imigrante associava-se à ideia do “melhoramento”, seja pelo branqueamento da população, seja a partir da divulgação ampliada de um *éthos* de trabalho. Essa época também ficou conhecida pelo nome de “regeneração”, quando se alterou o perfil das grandes urbes brasileiras, privilegiando uma nova conformação arquitetônica e urbanística à moda francesa do barão de Haussmann, e se tratou de expulsar a pobreza dos centros urbanos. Pares opostos, mas complementares, regeneração combinava com degeneração, no primeiro caso acenando para os novos rumos que a nação deveria tomar.



Domingos Mancuso

Imigrantes italianos. Residência da família Boff, interior de Caxias do Sul

FOTOGRAFIA, RIO GRANDE DO SUL, 1904

SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA DE CAXIAS DO SUL,
ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI



Primo Postali

*Imigrantes italianos. Joana Marenzi Postali com os filhos;
da esquerda para a direita, Adelino, Silvino e Lídia*

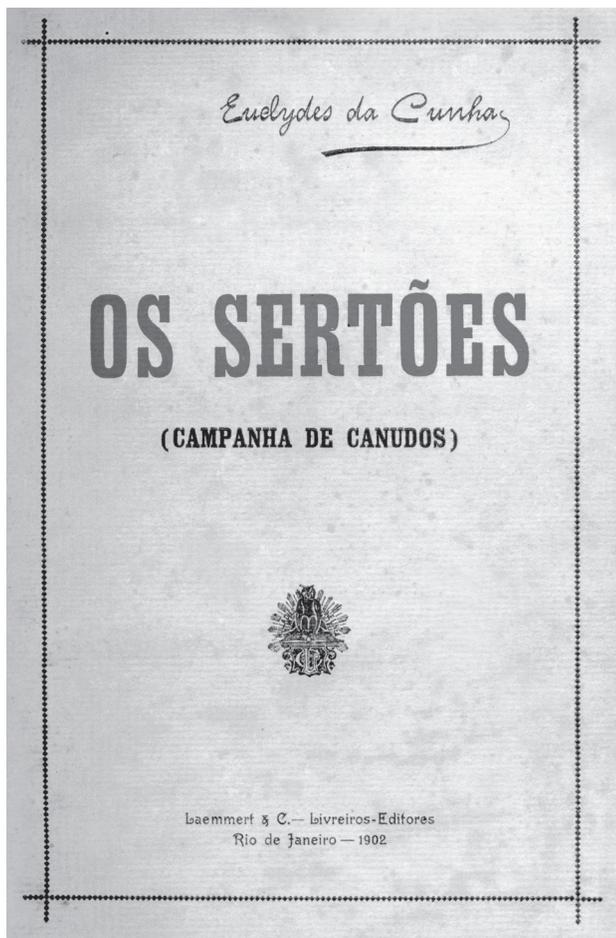
FOTOGRAFIA, CAXIAS DO SUL, RS, 1904

SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA DE CAXIAS DO SUL,
ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI

Em uma economia ainda aferrada aos serviços e negócios de exportação agrária e a uma industrialização incipiente, o resultado foi uma vida urbana marcada pela instabilidade, com crises cíclicas de carestia e aumentos constantes nos preços dos gêneros alimentícios ou nos custos de moradia, transporte e aluguel. E os efeitos, rapidamente sentidos diante do crescente processo inflacionário, foram a multiplicação da pobreza e um grande rebaixamento social e das condições de vida. A entrada irregular de populações vindas do campo — expulsas pela seca, pela crise agrária ou fisgadas pelas novas oportunidades da cidade — e de um contingente elevado de imigrantes europeus e asiáticos ajudou a conferir aos novos aglomerados urbanos uma imagem de desarranjo e desordem ou, nas palavras de Mário de Andrade, tornou “os mocambos tão numerosos como os coqueiros” (Andrade, 1943). O crescimento acelerado gerava moradias irregulares e figuras populares inusitadas transitavam pela cidade: a pretamina cozinheira, os engraxates mestiços, os carregadores, as doceiras, os capoeiras, os vendedores de leite em domicílio, o baleiro ou o cura a oferecer proteção. Todos conviviam com uma nova burguesia que aos poucos se separava do campo e tinha agora nas cidades seu quartel-general.

Mas, se havia muita dúvida no ar, a atmosfera geral era de euforia, assim como pairava a certeza, por parte das novas elites que ascenderam com a República, de que o Brasil “andava a braços” com os novos ditames do capitalismo, do progresso e da civilização. Não por acaso, o novo regime inscreveu na bandeira da nação os dísticos “ordem e progresso”, refletindo não só sua filiação ao positivismo como a noção de que o progresso era certo, único, derradeiro, evolutivo e ordeiro; grande utopia desse momento, dado a máquinas voadoras (como o *14 Bis* de Santos Dumont) e a projetos amplos e abrangentes de higienização. Civilização e controle eram as palavras de ordem do período, que vivenciou a globalização mundial e um dinamismo jamais experimentados.

Por um lado, estavam os novos cenários urbanos, com seus senhores e senhoras vestidos à última moda de Paris, automóveis, edifícios, restaurantes, teatros, lojas variadas e todo tipo de traquitana adequada a esses novos tempos que pareciam ter pressa. Por outro, encontrava-se o sertão longínquo, espécie de “parte esquecida do país”, o qual, ao lado do passado escravocrata, afigurava-se alijado da memória da época. Lá viviam indígenas, libertos, mulatos... “uns deserdados, uns desterrados em sua terra”. A marginalização das populações do interior diante das transformações impostas em nome do progresso não foi ignorada. Não por acaso, em *Os sertões* (1902), possivelmente o livro mais emblemático dessa geração da



*Capa da primeira edição de Os sertões,
de Euclides da Cunha*

Os sertões foi o primeiro best-seller da nossa literatura,
com sua primeira edição esgotando-se rapidamente.
Livro de grande influência em sua geração, mostrou um Brasil
diferente da modernidade reluzente da capital.

DOCUMENTO ORIGINAL

BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSÉ MINDLIN

virada do século XIX para o XX, Euclides da Cunha desabafou: “Estamos condenados ao progresso.” O progresso parecia inevitável, mas certamente não se aplicava a todos. Se ele era mesmo obrigatório e dele não se escapava, para países como o Brasil mais parecia uma danação.

O que se encontrará neste texto, portanto, é não só o dinamismo real da urbanização e dessa verdadeira “era dos engenheiros” — ou mesmo as inovações causadas pelas levas de imigrantes recém-chegados —, mas o difícil diálogo entre “diferentes Brasis” que eram, na verdade, um só: o choque entre populações com costumes diversos e, sobretudo, as novas ilusões do progresso e da modernidade. Modernização e tradição eram conceitos fortes nesse momento que previa mudanças, mas experimentava continuidades de toda ordem.

“O BRASIL CIVILIZA-SE”: URBANIZAÇÃO E CRESCIMENTO

É possível dizer que a sociedade brasileira dinamizou-se enormemente no período que vai da década de 1880 aos anos 1930, talvez o primeiro contexto quantificado pelos censos nacionais, que começavam a ganhar em regularidade e confiabilidade de dados. Tal configuração social representava o resultado do crescimento geral da população combinado com uma política agressiva de incentivo à imigração estrangeira. Na verdade, num mesmo período, coincidiam elementos díspares, que alteravam a face mais tradicional do país. Se a desmontagem do sistema escravocrata, nos idos de 1880, modificara a situação da mão de obra, já na década de 1910 um acelerado processo de substituição de importações — implementado durante e ao final da Primeira Guerra —, unido à crise da agricultura, levou a que cidades e indústrias se impusessem no cenário nacional, não só como novos fenômenos econômicos e sociais, mas como possibilidades reais e dominantes.

Considerando os dados numéricos elaborados pelo sociólogo Juares Brandão Lopes, pode-se dizer que a população brasileira cresceu a uma taxa média de 2,5% ao ano no período, enquanto a população das cidades de 50 mil ou mais habitantes cresceu a 3,7% e as de mais de 100 mil a 3,1%. Além disso, se no primeiro decênio da República a população geral decresceu em 2,2%, já os aglomerados urbanos cresceram 6,8%. Como se vê, a urbanização era uma realidade que vinha para ficar e alterava rapidamente a feição tradicional do país. Não por acaso, o jornal republicano *Província de São Paulo* (futuro *O Estado de S. Paulo*) elegeu a frase “O Brasil civiliza-se” como mote de sua linha editorial e criou uma seção especialmente dedicada ao tema.

42 A frase havia sido escrita pelo colunista social Figueiredo Pimentel, na seção “Binóculo”, publicada na *Gazeta de Notícias*, e valia, em princípio, só para o Rio de Janeiro. Mas a frase pegou e se disseminou pelo território nacional.

Entretanto, o incremento urbano se deu apenas em algumas grandes cidades, diferentemente do fenômeno que ocorreu nos Estados Unidos, onde o desenvolvimento mostrou-se mais disseminado pelo conjunto do território do país (Cardoso, 1977:20). Cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e depois Belo Horizonte concentrariam esforços e recursos nesse sentido, mostrando como o eixo econômico estava agora voltado para a região Sudeste. É exemplar o caso da cidade de São Paulo, convertida numa espécie de metrópole do café e que, na década de 1880, mais particularmente após 1888, ano da Abolição da escravidão, receberia o número extraordinário de 184 mil imigrantes. Ou seja, se o volume de população imigrante não foi tão relevante quando comparado ao crescimento populacional geral, já no caso de São Paulo é dos mais significativos, vinculando a sorte dos novos aglomerados urbanos à feição, agora mais estrangeirada, que o país, ou ao menos determinadas regiões dele, ia ganhando. Não por acaso, a fala dos paulistas seria amplamente alterada e influenciada, assim como seus costumes e cores.

POPULAÇÃO TOTAL E POPULAÇÃO ESTRANGEIRA (1872–1920)

CENSO	POPULAÇÃO TOTAL (EM MIL HABITANTES)	POPULAÇÃO ESTRANGEIRA (EM MIL HABITANTES)
1872	10.112	383
1890	14.334	714
1900	17.436	1.296
1920	30.636	1.651

Fonte: Santos, 1973:263.

IMIGRAÇÃO TOTAL E EM SÃO PAULO (1884–1920)

PERÍODO	BRASIL	SÃO PAULO
1884–1887	145.880	53.023
1888–1890	304.054	157.781
1891–1900	1.129.315	733.335
1901–1920	1.469.095	857.149

Fonte: Santos, 1973.

É certo que a população estrangeira foi contratada, originariamente, para engrossar o trabalho na lavoura rural; no entanto, com a crise da agricultura, boa parte desse contingente deslocou-se para as cidades, atraído não só pelas novas oportunidades, como pelas especializações profissionais que traziam de seus países de origem. Isto é, mais do que camponeses, entraram no país, sobretudo nessa primeira leva, profissionais liberais alemães, espanhóis e italianos, mais acostumados aos serviços urbanos que aos rurais. Também chegaram pedreiros, padeiros, sapateiros e pequenos comerciantes, habituados à vida cotidiana nas cidades e vilarejos de sua terra natal.

Da mesma forma, não se desconhecem os intensos movimentos de migração interna, resultantes da desmontagem do sistema escravocrata em várias partes do país. No período que vai de 1872 a 1900, a região Nordeste foi a que apresentou maior perda populacional, consequência do comércio interno de escravos que despovoou a economia do açúcar e do algodão e reforçou a feição dos estados cafeeiros. Castigados pelas secas de 1870 e 1880, tais grupos migrantes provenientes do Nordeste brasileiro dirigiram-se para várias localidades: para a Amazônia, por conta da febre da borracha que assolou o país no final desse século; para o Rio de Janeiro, que como capital do Brasil funcionava como chamariz cultural, além de apresentar-se como provedor de empregos em geral e mais especificamente para o funcionalismo público e estatal; e, anos mais tarde, para os estados do Sul — Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que expandiam seus serviços internos e encontravam-se em acelerado processo de urbanização.

Porém, não se deve exagerar a importância do desenvolvimento urbano do período. Das últimas décadas do século XIX até 1930, o Brasil continuou a ser eminentemente agrícola. Segundo o censo de 1920, dos 9,1 milhões de pessoas em atividade, 6,3 milhões (69,7%) se dedicavam à agricultura; 1,2 milhão (13,8%) à indústria; e 1,5 milhão (16,5%) aos serviços de uma maneira geral. Mesmo assim, os dois fenômenos que mais caracterizaram o contexto foram a entrada da imigração estrangeira em larga escala — subvencionada ou não — e a aceleração do crescimento e da modernização das cidades, que se transformaram nos novos cartões-postais do país. E a urbanização traria consigo suas próprias novidades e necessidades. Formas alternativas de habitação, lazer e trabalho, mas também problemas de transporte, moradia e educação fariam parte dessa nova agenda veloz. A imagem geral era que tudo mudava, e aceleradamente. Em primeiro lugar, as cidades passariam por amplos processos de “embelezamento”, visando a alcançar as novas funções para as quais se preparavam. Era preciso

44 cuidar dos edifícios públicos, afastar a pobreza para os subúrbios da cidade, atentar para o transporte coletivo, construir instituições representativas e lidar com as novas sociabilidades urbanas. Foi nesse momento, também, que cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e mesmo a recém-criada Belo Horizonte, a nova capital dos mineiros — todas concentradas na região Sudeste —, aparelharam-se para exercer suas recentes disposições administrativas e sociais.

Não se pode olvidar, ainda, que em finais do XIX, após um período de depressão, equilibraram-se as economias dos países centrais, e que Estados Unidos e Europa Central experimentaram certo desafio e expansão nos negócios. O resultado foi o surgimento de um clima de otimismo e confiança absoluta, que partindo da economia ganhou a cultura, os costumes e a moral, alcançando assim os países considerados “mais periféricos”. Na verdade, é difícil determinar o que é causa e o que é efeito nesse processo (e pouco importa), até porque nesse período — mais particularmente de 1890 até a Primeira Grande Guerra — a certeza da prosperidade deu lugar a uma sociedade de sonhos ilimitados, mais conhecida como *belle époque*. Esse é o momento dos grandes inventos (do automóvel, do elevador, da anestesia, da Coca-Cola, e também da fotografia, do raio X, da pasta de dente); de imensas conquistas imperiais por parte dos britânicos, belgas e franceses; de saltos nas ciências, na filosofia e nas artes. De Freud a Oscar Wilde; de Gaudi a Verdi; de Munch, com seu grito, a Cézanne, com a paisagem como impressão, o mundo parecia mesmo novo, assim como seus limites e possibilidades. No Brasil, por sua vez, a atmosfera que no Rio de Janeiro ficou conhecida como “regeneração” parecia corresponder ao surto que ocorria em outras partes do mundo, trazendo a sensação de que o Brasil, finalmente, estava em harmonia com o progresso e a civilização.

O suposto era que a jovem República representava a modernidade que se instalava no país, tirando-o da “letargia da monarquia” ou da “barbárie da escravidão”. Uma verdadeira batalha simbólica foi travada, quando nomes, símbolos, hinos, bandeira, heróis nacionais foram substituídos, com o intuito de impor novas versões mais coadunadas com os tempos modernos. Símbolo maior dessa era, Santos Dumont elevou aos ares as expectativas brasileiras de alcançar as alturas das nações modernas. Ícone dos novos tempos foi também a “nova avenida Central” — atual avenida Rio Branco, na cidade do Rio de Janeiro —, exemplo maior do projeto urbanístico que transformou a capital federal em verdadeiro cartão-postal, com fachadas *art nouveau* feitas de mármore e cristal, modernos lampiões à luz elétrica, lojas de produtos importados e transeuntes à francesa. Marco paralelo e

complementar a toda essa cantilena das novidades foi a expulsão da população pobre que habitava os casarões da região central e a destruição dos famosos “cabeças de porco”. Era a ditadura do “bota-abaixo” que demolia casas, sobretudo as antigas e pobres, disseminando cortiços e hotéis baratos — os “zunga” —, onde famílias inteiras deitavam-se no chão ou mudavam para as chamadas “periferias” das novas urbes. Isso sem esquecer a repressão às festas populares, que se submetiam, igualmente, a esse “processo civilizatório”: saía o entrudo mestiço, entrava o limpo Carnaval de Veneza.

Foi o presidente Rodrigues Alves (1900–1902) quem montou uma equipe à qual concedeu poderes ilimitados. Com o intuito de fazer da capital, o Rio de Janeiro, uma vitrine para a captação dos interesses estrangeiros, concebeu-se um plano em três direções: a modernização do porto ficaria a cargo do engenheiro Lauro Müller; o saneamento da cidade — acometida, segundo as autoridades, por doenças e epidemias infecciosas — seria responsabilidade do médico sanitário Oswaldo Cruz; e a reforma urbana estaria a cargo do engenheiro Pereira Passos, que havia conhecido de perto a reforma de Paris. O escritor Lima Barreto, testemunha crítica desse momento, espantava-se com a velocidade da reforma: “De uma hora para a outra a antiga cidade desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por mutação de teatro. Havia mesmo na coisa muita cenografia” (Barreto, 2010).

Também nesse período, mais precisamente a partir da década de 1870, São Paulo tornou-se palco privilegiado de transformações socioeconômicas, urbanísticas, físicas e demográficas. Prensada em meio à prosperidade crescente da lavoura cafeeira, de um lado, e as tensões derivadas da crise final da escravidão no país, de outro, a antiga cidade de barro dos viajantes — o velho burgo de estudantes da faculdade de direito do largo São Francisco — se transformava, de forma acelerada, na “metrópole do café”, na expressão de Silva Bruno. Todo esse conjunto de fatores implicou, por sua vez, alterações profundas nas funções e nos espaços vivenciados na cidade, em favor de um maior controle e racionalização, de modo a assegurar para São Paulo o papel de entreposto comercial e financeiro privilegiado. Essa é a época da criação do Instituto Butantã (que produziu soros à base da retirada do veneno de cobras), da iluminação elétrica e do incremento dos transportes públicos que tomaram novo impulso com a inauguração, em 1872, da estrada de ferro Jundiaí-Campinas pela Companhia Paulista. Em dezembro de 1872, o político João Theodoro Xavier de Mattos assumiu o governo da província de São Paulo e passou a alterar a infraestrutura local: abriu novas ruas, prolongou velhas estradas, ampliou largos, reformou a Várzea do Carmo, criou jardins públicos. Em suma, após três anos de gestão, a nova



Guilherme Gaensly

A avenida Paulista no início da década de 1900
— o novo palco da poderosa elite do café

GELATINA/PRATA, SÃO PAULO, 1905–1906

ACERVO ICONOGRÁFICO/CASA DA IMAGEM DE SÃO PAULO

administração preparou a cidade para a entrada dos capitalistas do interior ou, nas palavras de João Theodoro: “A capital, engrandecida e circundada de atrativos e gozos, chamará a si os proprietários e capitalistas da província, que nela formarão seus domicílios ou temporárias e periódicas residências” (*Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial*, 14 fev. 1875). De fato, o desenvolvimento paulistano ficou condicionado a três fatores principais. Em primeiro lugar, à expansão cafeeira, que em sua marcha saía do vale do Paraíba e chegava ao Oeste Paulista, em finais dos anos 1850. Em segundo, à entrada da estrada de ferro que viabilizaria o transporte interno, então feito em lombo de burros, até o porto de Santos. Por fim, não há como deixar de mencionar o papel da imigração, que mudaria, como veremos, as feições, os dialetos, a culinária e os serviços públicos paulistanos.